



GT 71. Questões ético-metodológicas em pesquisas com crianças

Coordenador(es):

Emilene Leite de Sousa (UFMA - Universidade Federal do Maranhão)

Flávia Ferreira Pires (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Sessão 2

Debatedor/a: Maria do Socorro Rayol Amoras (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Este GT visa reunir trabalhos que contribuam na reflexão sobre questões ético-metodológicas na pesquisa com crianças com o intuito de mapear e problematizar os desafios epistemológicos que enfrentamos. Selecionaremos propostas sobre o método etnográfico e os usos das técnicas tradicionais da antropologia como entrevistas, conversas informais e observação em pesquisas de campo com crianças, mas também o uso de técnicas como os desenhos, redações, gravadores, máquinas fotográficas e câmeras; métodos combinados, as crianças como co-investigadoras. Do ponto de vista ético, quais procedimentos éticos temos tomado e como lidamos com a singularidade de pesquisar sujeitos tutelados que não respondem legalmente pelos seus atos, mas que nem por isso deixam de ser entendidos enquanto sujeitos de direitos e pessoas/indivíduos plenos? Assim, através do debate sobre metodologia e ética, central para o conhecimento antropológico, objetivamos avançar o debate no campo da Antropologia, entendendo melhor a importância de pesquisas cuja ênfase esteja nos sentidos e na experiência desses sujeitos, - que ainda são pouco ouvidos pela antropologia mainstream. A importância deste GT é reforçada no atual cenário político, em um contexto de cortes de verbas e recursos para pesquisa. Os impactos serão inevitáveis, o que fortalece a importância de pensarmos nossas metodologias de pesquisa em tempos de crise. Aqui a pesquisa aparece como um ato de resistência e sua divulgação imperativa.

Entre a casa e a escola, a cidade: o ?andar junto? como estratégia de pesquisa com crianças

Autoria: Leticia de Luna Freire (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Este work consiste em um recorte de um projeto de pesquisa realizado com crianças de um condomínio popular na Zona Norte do Rio de Janeiro - removidas, em sua maioria, da favela Metrô-Mangueira - que visava analisar os impactos do deslocamento residencial forçado sobre a experiência escolar e cidadina destas crianças. Ao longo da pesquisa, vimos que se tratava de um contexto no qual a educação escolar, junto com o local de moradia, era o principal marcador da presença das crianças no espaço público. Nesse sentido, a forma como estas crianças vivenciam a cidade é fortemente marcada pelo seu deslocamento entre a casa e a escola. Inspirados no livro ?Como as crianças veem a cidade?? (Vogel, Vogel & Leitão, 1995) e em tantos outros works a respeito da relação entre infância e cidade (Müller & Nunes, 2014; Castro, 2004; Debortli et ali, 2008), realizamos duas atividades com o intuito de compreender a circulação e a relação destas crianças com o espaço urbano. Em um primeiro momento, realizamos uma oficina com dez crianças, na qual elas pudessem expressar, através de recursos lúdicos, o seu trajeto diário entre a casa e a escola. Considerando a importância do andar na observação e compreensão do espaço urbano, propomos, em um momento seguinte, acompanhar a trajetória de duas crianças de suas residências até as escolas onde estudam. Para tanto, inspiramo-nos nas contribuições de Certeau (2008), Jolé (2000), Vogel & Mello (2017) e Müller (2018), mas também no método dos ?percursos comentados?, proposto por Thibaut (2008) para aceder à experiência sensível do caminhante através do andar, do perceber e do descrever. Partindo do diálogo entre a Antropologia da Criança e a Antropologia Urbana, compartilhamos, neste work, esta experiência com o objetivo de refletir sobre os limites e as possibilidades revelados por estas estratégias metodológicas, assim



como os desafios éticos por elas suscitados. A partir das análises em curso, apontamos que, assim como a casa e a escola, a cidade também é um lugar significativo de socialização e aprendizagem e defendemos que andar com as crianças no espaço urbano pode ser uma potente ferramenta da pesquisa antropológica, contribuindo para incluí-las, cada vez mais, como sujeitos qualificados nos debates sobre planejamento urbano e gestão das cidades.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: